

João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1989. 151 p. ISBN 85-7164-066-1.

O personagem principal deste livro é o escravo.

O enredo é a sua resistência permanente a ser um mero objeto nas malhas do sistema.

É a história de homens e mulheres vivendo os seus limites.

(p. 7)

Este trecho expressa a mensagem principal da obra: perceber a escravidão enquanto um sistema que perdurou na história do Brasil, e que até hoje traz consequências negativas para toda a sociedade brasileira, em particular para a população negra. Diante da forte pressão de diversos movimentos sociais, sobretudo do próprio movimento negro, temos alcançado, nos últimos anos, êxito em algumas das nossas reivindicações históricas, a exemplo das políticas públicas de reparação ou compensação em áreas como educação, saúde e trabalho. O sancionamento da lei 10.639/03 (atual 11.645/08), que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira na educação fundamental e média, exemplifica uma dessas políticas. Percebemos que, mesmo hoje, que apesar dos acalorados debates historiográficos feitos nas academias brasileiras, a existência do racismo institucional favorece o distanciamento entre a produção acadêmica e os setores sociais menos favorecidos.

O livro de João José Reis e Eduardo Silva representa um importante referência para situar professores e editores de livros didáticos no ensino da história afro-brasileira. Dentro do campo da historiografia da escravidão, esta obra teve um papel fundamental na quebra

da imagem clássica do escravo encontrada em outros autores - de Nina Rodrigues a Jacob Gorender, passando por Gilberto Freyre - que os representavam como vítimas ou como heróis. Esta pesquisa nos mostra que havia relações muito mais complexas que permeavam o dia a dia dos escravizados, tanto com os senhores, quanto com os outros escravos. Entretanto, apesar desta obra ter suscitado um amplo debate após sua publicação, em 1989, e ter sido acolhida positivamente por muitos historiadores, inspirando até hoje várias linhas de pesquisa, não conseguiu mudar a tradicional maneira de ensinar e representar a figura dos escravos no ensino fundamental e médio. Uma revitalização do debate mostra-se cada vez mais importante e necessária para uma efetiva mudança.

Na historiografia da escravidão brasileira, é possível encontrar, em alguns autores, elementos que tendem a generalizar a idéia de escravos enquanto vítimas totalmente indefesas de um sistema cruel e opressor, sem mínimas chances de negociação e com poucas possibilidades de mobilidade social. Em outros casos, encontramos narrativas de negros escravos em constante conflito com os seus senhores e, em consequência, com a própria

ordem escravista, criando assim a representação do escravo como um herói incontestável, que se utilizava sempre do mecanismo de lutas (abertas, coletivas, diretas) na busca da sua liberdade. A idéia central do livro é demonstrar que havia várias formas de resistência por parte dos escravos, manobras de escapar do sistema escravista, fosse através de fugas e revoltas, ou mesmo da negociação, que era o que ocorria mais frequentemente. A intenção dos autores é a de não mais apresentar o escravo nos polos extremos. Eles não foram nem completamente vítimas, nem completamente heróis, mas, a depender da oportunidade, procuravam criar circunstâncias favoráveis para si. No meio da violência escravista, havia um espaço social onde eram criadas oportunidades para barganhas ou para conflitos. Os elementos expressos nesta obra acabam por desmontar análises de autores que os antecederam, onde se colocava a clara percepção objetificada do “escravo-coisa”, além de submisso em sua cultura, como a representação da religião em Gilberto Freyre. Em termos de abrangência, a obra referencia, inicialmente, fatos ocorridos nos Estados Unidos e no Haiti e suas repercussões no Brasil, além de analisar o campo político, econômico, social e cultural brasileiro - e sobretudo baiano -, contribuindo assim para a compreensão mais ampla do quadro social que viria a se transformar na Independência da Bahia em 1823, e a própria revolta dos males em 1835.

Como o próprio título do livro prenuncia, o objetivo é esboçar os contornos das relações estabelecidas entre escravos e escravocratas, e os artifícios utilizados por ambos enquanto membros daquela sociedade. Para isso, utilizam-se cartas de senhores, fossem direciona-

das a outros senhores ou a autoridades, atas da câmara, ofícios do governo, livros de posturas, além de documentos policiais e outras fontes encontrados em arquivos públicos relativas ao século XIX. A organização da obra se dá em seis capítulos (a maioria dos quais já havia sido publicada em revistas especializadas, mas de circulação limitada e difícil acesso ao público), além de uma introdução e apêndices onde são apresentados os manuscritos utilizados. Os três primeiros são assinados por Eduardo Silva; os últimos, por João José Reis.

No primeiro capítulo, intitulado: “Entre Zumbi e o Pai João, o escravo que negocia”, Silva examina as limitações dos estudos sobre a escravidão, a carência das fontes, sobretudo do ponto de vista do escravo - o que é um grande problema para o historiador, que é obrigado a trabalhar com o que encontra e não com o que gostaria de trabalhar. Apesar de a escravidão ser um dos temas mais dinâmicos da atual historiografia brasileira, os historiadores esbararam no fato de que, a cada mil escravos, um somente sabia ler, o que confere às fontes provenientes destes atores históricos, não uma importância quantitativa, mas, em compensação, qualitativa.

Quando se trata do tema negociação, muitos educadores pensam pelo modelo de paternalismo, proposto inicialmente por Freyre, mas este não foi o único meio negociável, nem o principal. As fugas e insurreições, por exemplo, aconteciam através de muita criatividade e inteligência, e dependiam das conjunturas e do saber aproveitá-las. Um exemplo de como nem sempre os poderosos conseguiam impor suas vontades está na produção do açúcar, que dependia de uma tecnologia

complexa. Para não sofrer sabotagens, era necessário muitas vezes saber negociar com os escravos ou ameaçá-los com castigos físicos: a negociação feita pelos senhores ia desde permitir o direito a folga nos finais de semana ao direito de cultivar sua religião livremente. No entanto, não podemos pensar nos escravos como um bloco homogêneo, havia rivalidades e diferenças de origem, língua e religião.

No segundo capítulo: “A função ideológica da brecha camponesa”, o autor faz menção à existência de uma economia própria realizada pelos escravos e a utilização de muitos senhores da chamada “brecha camponesa”, que, dentre outras funções, era um mecanismo de manutenção da ordem escravista. Discute-se o aspecto da resistência silenciosa: os escravos brigavam constantemente pelo direito a um pedaço de terra; os barões cediam e concediam para controlar os escravos, e os escravos pediam e aceitavam no intuito de viver melhor, e não meramente sobreviver. Silva cita Francisco Pereira de Lacerda, o então conhecido barão de Pati do Alferes, que escreveu um livro em que explica exatamente como funcionava a estrutura escravista da época no Rio de Janeiro. Na segunda metade do século XVIII, ampliou-se o mercado de café, instalando-se essa cultura na região do vale do Paraíba, surgindo daí grandes fazendas com um número elevado de escravos. Foi com o lucro deste capital que foram construídos palácios e igrejas, comprados títulos de nobreza e financiado o embarque de filhos de fazendeiros para estudos na Europa. Para que essa estrutura permanecesse, eram necessárias concessões aos escravos, de modo a evitar levantes, revoltas e fugas. O controle nas atividades escravistas

era rígido, e a vigilância influenciava as técnicas de agricultura. Os cafezais eram plantados nos morros e regiões de declive. Hoje se sabe que este tipo de plantação, em terreno inclinado, facilita a erosão do solo e em poucos anos esteriliza a terra. Mas no período escravista, essa técnica era necessária para controlar a produtividade do trabalho escravo, pois a declividade da terra facilitava a visão dos feitores sobre aqueles escravos que se perdiam entre os cafezais.

Outro mecanismo utilizado - e dos mais eficazes -, era a imposição da religião, que se dava de maneira sutil. O escravo tinha o domingo e os dias santos para ouvir a missa, instruir-se na doutrina cristã e confessar, o que, segundo Pati de Alferes, funcionava como um freio aos seus ímpetos rebeldes. A brecha camponesa era um mecanismo da ordem escravista. Ao permitir o uso por parte dos escravos de um pedaço de terra, o senhor assegurava um menor número de levantes e fugas, além de diminuir as despesas com gêneros alimentícios para os escravos. Este tipo de economia própria recebeu vários nomes, como “proto-campesinato” (Sidney W. Mintz) ou “sistema do Brasil” (como ficou conhecida nas Antilhas). Silva ressalva que muitos autores vêem essas iniciativas como uma conquista escrava - a utilização da doutrina cristã católica era utilizada como freio social aos escravos, mas isto não significa que eles corresponderem às expectativas da classe dominante.

É no terceiro capítulo, “Nas malhas do poder escravista: a invasão do Candomblé do Accú” que percebemos isto melhor. Neste artigo é evidenciado um dado documental que mostra uma discussão sobre os filhos de santo, e

como reagiram a uma invasão das autoridades de uma festa religiosa. Somos apresentados ao relato de uma fascinante negociação feita por um frequentador de um candomblé, que presencia a invasão do terreiro pela polícia e então presta queixa ao juiz local, que, apesar de ser um escravocrata, tinha por qualidades reconhecidas a integridade e o dever de justiça. A repressão à cultura negra, como a religião nesse caso especial, era comum na vida dos escravos. Tolerância e repressão se alternavam entre governantes mais altos e as autoridades policiais menores; por trás de atitudes de força ou concessão, sempre estava o medo da rebelião. O suposto sincretismo religioso, ou, melhor dizendo, a plurirreligiosidade dos negros na Bahia, representava um outro aspecto inaceitável de sua cultura.

Havia ainda no sistema escravocrata um incentivo à inimizade entre crioulos (negros nascidos no Brasil) e africanos, além das diferenças entre as próprias nações africanas. O modelo paternalista aplicado aos escravos baianos desenvolveu e estabeleceu uma hierarquia de privilégios entre eles: os escravos nascidos no Brasil obtinham maiores concessões, recebiam melhor tratamento, constituíam famílias e adquiriam a alforria com mais facilidade, quando comparados aos africanos.

A partir do quarto capítulo, "Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação", Reis ressalta que este era um tema anteriormente periférico na historiografia tradicional. Para ele, as unidades básicas de resistência do sistema escravista foram as fugas, e quilombo pressupõe fuga. Havia também atitudes individuais ou coletivas, muitas ocultas, que derivavam de

uma ação contestatória, a exemplo do suicídio, que, apesar de extrema, não deixava de ser um tipo de fuga, um "meio de libertação" daquele aprisionamento, que significaria a busca da liberdade em outro mundo. É possível distinguir as fugas em dois tipos: as fugas reivindicatórias e as fugas-rompimento.

As fugas reivindicatórias foram muito comuns no período em que se intensificou o tráfico interprovincial. Muitas vezes elas tinham uma duração previsível: alguns fugiam após receber uma punição injusta, ou para esperar esfriar a cabeça do seu proprietário, quando este estava irritado e queria aplicar uma punição. Fugas individuais aconteciam em reação aos maus tratos físicos e morais, concretizados ou prometidos pelos senhores. Acontece que muitas dessas fugas eram devidas a alguma transação comercial que implicava a mudança de senhor, quando o sujeito escravizado, já habituado com o seu senhor, com o qual havia feito algumas negociações, via-se em uma situação de estar com um novo senhor, sobre quem nada conhecia, e junto a quem não sabia se havia chances comparáveis de negociação. Este processo de mudança podia ser um dos momentos mais dramáticos da vida de um escravo.

Já nas fugas-rompimento a intenção era a de um rompimento total com o sistema escravista. Mas fugir para a liberdade nunca foi uma tarefa fácil; afinal, a escravidão não se restringia aos portões das fazendas, ela fazia parte da ordem vigente da sociedade como um todo - o que Reis chama de "paradigma ideológico" -, o que deixava todos os escravos sob constante vigilância. Nas ruas das cidades, desde o trabalhador rural até os grandes proprietários, todos observa-

vam os escravos e estavam prontos para denunciar qualquer ato suspeito. O paradigma ideológico é comparado a uma gaiola com correntes na parte de dentro, para garantir que o pássaro não vá fugir: “O canarinho tão bonitinho, que está preso na gaiola / Pra que correntinha está no pé, pra quê?”(p. 15).

O principal motivo de fugas e revoltas era a quebra de acordos anteriormente acertados. Muitos autores, quando falam sobre revoltas, sempre as atribuem ao uso da chibata, mas este nem sempre foi o fator determinante. O ato de se insurgir, em sua natureza, representa um rompimento total, a ponto de envenenar as fontes, matar os brancos, tomar navios no porto e tentar voltar para a África.

A partir do século XIX, passariam a chegar ao Brasil condenações morais e filosóficas que haviam surgido na Europa desde o século XVIII, condenações técnicas como as de Adam Smith e Benjamim Franklin, que só ganhariam força na segunda metade do século, quando o país, dito independente de Portugal, seria penetrado pelas idéias liberais, integrando-se ao mercado internacional capitalista. Pensamentos que diziam que a escravidão era uma vergonha da humanidade e que havia uma irracionalidade no trabalho escravo. Com o crescimento urbano, também houve uma mudança nas mentalidades coletivas, o que permitiu uma melhor possibilidade de fugas dos escravos. O trabalho livre começaria a ser anunciado na idéia de que o sistema escravista era falido e injusto.

O quinto capítulo, intitulado “O jogo do Dois de Julho: 'o partido negro' na independência da Bahia”, retrata as lutas da independência da Bahia,

mostrando que este não foi somente um conflito entre portugueses e brasileiros livres, mas uma luta ideológica em que a maioria dos militantes eram os escravos. Reis faz uma análise cronológica do que foram as batalhas até chegar ao dois de julho de 1823, e como essa trajetória foi importante para o que se configuraria como a Revolta dos Malês, em 1835.

Entre os brasileiros havia divisões étnicas, ideológicas, políticas e sociais. Todos os que lutaram ou apoiaram a luta tinham seus próprios interesses. Além da existência destes dois partidos (os brasileiros e os portugueses) havia um terceiro partido, o “partido negro”, que nada mais era que uma construção ideológica da elite, a qual temia a população negra em geral (escravos, libertos e outros segmentos, como homens livres mestiços). Mas, ao mesmo tempo em que este medo povoava os pesadelos dos detentores do poder, a existência de um partido negro era uma construção real, na medida em que diversos grupos tentaram negociar sua participação no processo de independência, ou até mesmo aproveitar o calor das emoções para subverter a ordem escravista - sendo este um dos motivos, inclusive, que moviam os brancos ricos brasileiros para aquela luta: o medo de que a independência se transformasse num profundo movimento de libertação dos escravos, já que estes também participavam da luta ao lado dos libertos. Para que isso não acontecesse era necessário um controle das elites nacionais sobre o próprio movimento. A guerra realmente enfraqueceu o controle dos senhores sobre os escravos, e a vitória brasileira não significou a paz dos senhores, para além das próprias dificuldades econômicas que se acentuaram no país. Este capítulo é um dos mais fascinantes, pela leveza da

escrita associada a um profundo detalhamento dos episódios ocorridos naquele período.

No sexto e último capítulo, “Levante dos Malês: uma interpretação política”, o autor faz uma análise cultural, demonstrando que a maioria dos envolvidos nesta revolta eram povos de origens diversas, com projetos políticos distintos. Desmistifica a idéia de que esta teria sido uma batalha de cunho religioso somente, mostrando a identificação dos libertos com a revolta, já que estes não desfrutavam de muitos privilégios naquela sociedade. Neste capítulo,

o negro escravizado é visto como um agente político, sendo levadas em consideração suas determinações étnico-culturais, religiosas e de classe. Reis faz uma explanação dessas diferenças e a construção das mesmas no processo que culminou na chamada Revolta dos Malês.

Esta obra nos traz, além de novos panoramas acerca da ordem escravista, seu funcionamento e suas contradições, uma inovadora proposta de formação para os professores, graças a sua atualidade e característica didática.

Emanuela dos Santos de Jesus

Graduanda em História
Universidade Federal da Bahia